

NÍVEL DE ADERÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP)

Gisele Woeranoski Vorpapel

Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: gisele.vorpapel@unioeste.br

Vitória Cristina Louredo Cardoso

Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: vitoria.cardoso2@unioeste.br

André Fernando Hein

Professor do Curso de Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: andre.hein@unioeste.br

RESUMO: O estudo teve como objetivo analisar o nível de aderência dos municípios do Oeste do Paraná às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com base nas demonstrações contábeis de 2024 e identificar os principais fatores institucionais ou contingenciais que influenciam na implementação do regime de competência no setor público, com base em questionários aplicados a contadores públicos. Os dados para avaliar a contabilização foram obtidos no sistema SICONFI, onde foi analisada especificamente a MSC (Matriz de Saldos Contábeis) para identificar a contabilização de contas específicas relacionadas à adoção do regime de competência no setor público. A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem qualitativa e quantitativa, identificou que, embora existam contabilizações adequadas em Tributos a Receber e Ativo Imobilizado, há baixa aderência em itens como Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. Verificou-se que fatores como infraestrutura tecnológica e influência de órgãos de controle são determinantes para o cumprimento das normas. Conclui-se que, apesar de avanços pontuais, a implementação das NBCASP ainda enfrenta desafios.

Palavras-chave: NBCASP; IPSAS; Público; Contabilidade; Normas.

1 INTRODUÇÃO

O processo de convergência da contabilidade pública brasileira às Normas Internacionais (IPSAS), é um movimento que tem contribuído de forma significativa para a modernização da contabilidade pública, promovendo a padronização e fortalecendo a confiabilidade das demonstrações financeiras (ASSIS, 2015).

As Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público, conhecidas como IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*), são emitidas pela Federação Internacional de Contadores (*International Federation of Accountants* – IFAC). O órgão responsável pela elaboração dessas normas, o *International Public Sector Accounting Standards Board* - IPSASB, desenvolveu as IPSAS com base nas *International Financial Reporting Standards* – IFRS (Normas Internacionais de Relatório Financeiro), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* –

IASB (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade), adaptando-as às especificidades do setor público mundial (IFAC, 2009).

No Brasil, o marco inicial desse processo foi a publicação da Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda. (BRASIL, 2008). Essa portaria estabeleceu diretrizes para que os entes públicos adotassem procedimentos, práticas contábeis e a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis alinhadas às IPSAS. Além disso, incumbiu a STN de desenvolver ações que promovessem a convergência tanto às normas internacionais (IFAC) quanto às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), estas últimas elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com base nas IPSAS, no entanto observando-se a legislação nacional vigente.

Nesse contexto de transformação normativa, o ambiente acadêmico passou a se dedicar à análise das implicações e dos desafios da adoção desse novo modelo no setor público brasileiro. Diversos pesquisadores têm utilizado como referenciais teóricos a abordagem institucional e a teoria da contingência para interpretar o nível de aderência aos preceitos normativos (MARQUES, FILHO E CALDAS, 2019).

Sob a perspectiva institucional, a adoção das novas práticas contábeis no setor público é fortemente influenciada por pressões externas. De acordo com Soeiro e Wanderley (2019), organizações, quando expostas a riscos e incertezas, tendem a reproduzir práticas que se mostraram eficazes em outras instituições, como uma estratégia de busca por legitimidade.

Por outro lado, a teoria da contingência enfatiza que as organizações precisam se adaptar às características e demandas dos ambientes nos quais estão inseridas. Assim, a busca pela eficiência surge como uma resposta às exigências contextuais, sendo essa adaptação fundamental para assegurar a efetividade dos processos organizacionais (CURSINO, 2025).

Os municípios, assim como a União, os Estados e o Distrito Federal, são entes federativos que compõem a administração pública brasileira e atuam de forma mais direta junto à população. A adoção das IPSAS pelos municípios, além de representar um processo de modernização da contabilidade pública e de conferir maior credibilidade perante organismos internacionais, fortalece a transparência dos registros e das informações contábeis, contribuindo para a tomada de decisão dos gestores públicos e permitindo que a população acompanhe, de forma mais efetiva, as mudanças legislativas e a gestão dos recursos públicos.

Sasso e Varela (2020) analisaram, em seu estudo, diversas pesquisas sobre contabilidade pública, tanto no contexto internacional quanto nacional, com o objetivo de compreender os focos temáticos — se mais gerais ou específicos —, bem como os métodos utilizados e os objetos de estudo. Os resultados evidenciaram uma lacuna significativa na produção científica relacionada à avaliação do nível de aderência às normas contábeis em municípios de pequeno e médio porte, especialmente em regiões menos desenvolvidas. Essa carência persiste, mesmo após mais de uma década da implementação das normas voltadas à convergência contábil no setor público.

Diante da lacuna identificada, o presente estudo tem como objetivo analisar e apresentar os resultados a partir da seguinte questão de pesquisa: **qual o nível de aderência dos municípios do Oeste do Paraná às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), com base na análise de suas demonstrações contábeis?**

Portanto, a pesquisa tem como objetivo verificar se os municípios do Oeste do Paraná estão contabilizando itens específicos relacionados com a adoção das NBCASP, para, com base nisto identificar o nível de aderência às referidas Normas. Tais itens específicos explicitados na seção da metodologia se referem ao reconhecimento de Tributos a Receber, Estoques, Ativo Não Circulante, Depreciação, Amortização e reconhecimento da Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

Desta forma será possível avaliar o processo de convergência contábil no setor público. Os resultados obtidos oferecem subsídios relevantes para gestores públicos e órgãos de controle, possam

diagnosticar gargalos nesse processo. Além disso, a pesquisa contribui para a literatura acadêmica ao abordar a heterogeneidade das práticas contábeis no Brasil, servindo como referência para estudos futuros sobre a temática (MARQUES, FILHO E CALDAS, 2019).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NO BRASIL

A contabilidade pública é um ramo da ciência contábil que se dedica ao estudo, orientação, controle e demonstração do patrimônio público e suas variações em entidades governamentais, tanto da administração direta quanto indireta (MARION, 2008 *apud* RIGHES E CALEGARI, 2014). Ela abrange os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial da gestão pública.

A evolução da contabilidade pública no Brasil é marcada por diversos marcos legais como mostra o quadro 1:

Quadro 1- Evolução da contabilidade Pública no Brasil.

Ano/Período	Marco Legal ou Evento	Descrição
1922	Código de Contabilidade Pública da União	Primeiro marco formal de normatização da contabilidade pública no país.
1940	Decreto-Lei nº 2.416	Estabeleceu normas contábeis mais estruturadas para estados e municípios.
1964	Lei nº 4.320/1964	Define normas gerais de direito financeiro e vincula contabilidade pública ao orçamento.
1986	Criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Centraliza e fortalece a gestão orçamentária e contábil da União.
1988	Constituição Federal	Introduz o controle interno por poder, controle externo pelo Legislativo e a exigência de transparência.
2000	Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)	Estabelece regras para equilíbrio fiscal e instrumentos de transparência da gestão pública.

Fonte: Ministério da Fazenda. Elaborado pelas autoras.

As IPSAS (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) surgiram em 1997, desenvolvidas pelo IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*), órgão da IFAC (*International Federation of Accountants*), com o objetivo de melhorar a qualidade, transparência e comparabilidade das informações contábeis do setor público no mundo. Inspiradas nas IFRS (*International Financial Reporting*), mas adaptadas às particularidades governamentais e mais coesa com a realidade do que precisa ser analisado, elas são a referência global para a modernização da contabilidade pública (ASSIS, 2015).

No Brasil, o processo de convergência começou oficialmente em 2008, com a Portaria MF nº 184, que estabeleceu diretrizes para alinhar a contabilidade pública às IPSAS (BRASIL, 2008). Nesse mesmo ano, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou as primeiras normas brasileiras, as NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e a Secretária do Tesouro Nacional (STN) lançou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), promovendo a padronização contábil. Um dos maiores marcos foi a transição do regime de caixa para o regime de competência, com foco no patrimônio público. (MOURA, NASCIMENTO E VIOTTO, 2021)

No entanto, para iniciar todo esse processo de convergência, o primeiro passo foi a tradução das normas internacionais.

O papel de tradução das normas internacionais de contabilidade pública (IPSAS) é atribuído ao CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O CFC, por meio de um acordo firmado com a IFAC, foi autorizado a realizar a tradução, publicação e distribuição das normas internacionais e outros

pronunciamentos em formato eletrônico no Brasil. Esse processo de tradução é feito em parceria e com a participação da STN nas reuniões de convergência, e o CFC, por sua vez, participa do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON). (CFC, 2017) (SILVA, 2022).

Cabe ao STN exigir que se cumpra toda a convergência das IPSAS nas três esferas da Federação, sendo elas Federal, Estadual e Municipal, isso em função de que o STN é o órgão central de contabilidade da União e possui um papel fundamental na implementação e disseminação das normas, de acordo com a Lei nº 10.180 de 06 de fevereiro de 2001 (BRASIL, 2001). Nela são elencadas diversas obrigações do STN como: modificar regulamentos relacionados à gestão financeira e à implementação de orçamentos; monitorar, organizar e uniformizar os gastos públicos; conservar e melhorar o Plano de contas, definir diretrizes e processos para registrar de forma correta as atividades e eventos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e instituições da Administração Pública Federal. (LIMA, OLIVEIRA E SANTOS, 2017)

A implementação das IPSAS está sendo gradual, com avanços importantes. No ano de 2016, foi publicada a primeira norma plenamente convergida às IPSAS, a Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) Estrutura Conceitual. Desde então, o CFC tem realizado o processo de convergência de forma individual para cada IPSAS. Na sequência é apresentada o quadro 2 com as primeiras versões das normas.

Quadro 2 - Versões das normas internacionais aplicadas ao setor público no Brasil

IPSAS	NBC TSP	Definição	Data de Criação
Conceptual Framework	NBC TSP Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	04/10/2016
IPSAS 23	NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação	28/10/2016
IPSAS 9	NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação	28/10/2016
IPSAS 19	NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	28/10/2016
IPSAS 12	NBC TSP 04	Estoques	06/12/2016
IPSAS 32	NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	06/12/2016
IPSAS 16	NBC TSP 06	Propriedade para Investimento	28/09/2017
IPSAS 17	NBC TSP 07	Ativo Imobilizado	28/09/2017
IPSAS 31	NBC TSP 08	Ativo Intangível	28/09/2017
IPSAS 21	NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	28/09/2017
IPSAS 26	NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	28/09/2017
IPSAS 1	NBC TSP 11	Apresentação das Demonstrações Contábeis	31/10/2018
IPSAS 2	NBC TSP 12	Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/10/2018
IPSAS 24	NBC TSP 13	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	31/10/2018
IPSAS 5	NBC TSP 14	Custos de Empréstimos	31/10/2018
IPSAS 39	NBC TSP 15	Benefícios a Empregados	31/10/2018
IPSAS 34	NBC TSP 16	Demonstrações Contábeis Separadas	31/10/2018
IPSAS 35	NBC TSP 17	Demonstrações Contábeis Consolidadas	31/10/2018
IPSAS 36	NBC TSP 18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	31/10/2018
IPSAS 37	NBC TSP 19	Acordos em Conjunto	31/10/2018
IPSAS 38	NBC TSP 20	Divulgação de Participações em Outras Entidades	31/10/2018

IPSAS 40	NBC TSP 21	Combinações no Setor Público	31/10/2018
IPSAS 20	NBC TSP 22	Divulgação sobre Partes Relacionadas	28/11/2019
IPSAS 3	NBC TSP 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	28/11/2019
IPSAS 4	NBC TSP 24	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	28/11/2019
IPSAS 14	NBC TSP 25	Evento Subsequente	28/11/2019
IPSAS 27	NBC TSP 26	Ativo Biológico e Produto Agrícola	26/11/2019
IPSAS 18	NBC TSP 27	Informações por Segmento	04/11/2020
IPSAS 22	NBC TSP 28	Divulgação de Informação Financeira do Setor Governo Geral	04/11/2020
IPSAS 42	NBC TSP 29	Benefícios Sociais	01/11/2020

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade. Elaborado pelas autoras.

As primeiras normas brasileiras de contabilidade específicas para o setor público, conhecidas como NBC TSP foram editadas a partir do exercício de 2008 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estas normas tinham como objetivo estabelecer diretrizes para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos eventos contábeis no setor público. (SASSO e VARELA, 2020)

2.2 ADOÇÃO DAS NBCASP NO ÂMBITO MUNICIPAL

Como já exposto, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) foram instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como parte das ações voltadas à convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais. Essas normas introduziram uma nova abordagem, priorizando o patrimônio como foco central da contabilidade, em substituição ao tradicional enfoque orçamentário, de acordo com Righes e Calegari (2014).

No contexto da implementação das IPSAS no Brasil, Lima e Lima (2019) destacam que, embora o processo tenha sido iniciado em 2008, em 2019 ainda se encontrava em fase inicial. Em uma visão mais recente, Silva (2022) aponta que, mesmo enquanto o processo de convergência se estende no Brasil, os municípios apresentam maior dificuldade em sua aderência.

De acordo com a pesquisa de Moura, Nascimento e Viotto (2021) os desafios mais pertinentes encontrados na adoção dos municípios investigados foi a falta de informação e treinamento aos atuantes diretos com a nova legislação e a ausência de integração a sistemas contábil e tributário, ainda que considerassem contraintuitivo o investimento em plataformas de sistema contábil ou o treinamento técnico de funcionários se já ocorre o processo licitativo de empresas terceirizadas para realizar a função contábil desses municípios.

Righes e Calegari (2014) apontam que uma das dificuldades enfrentadas pelos contadores no processo de implementação e convergência das normas é a escassez de tempo para se adaptarem, já que essas mudanças envolvem normas complexas e exigem a revisão de rotinas consolidadas, resultando em sobrecarga de trabalho sobre os profissionais diante de tantas demandas.

Se destacam também os estudos de Piccini, Filho e Marques (2022) e Santos *et al.* (2022) que revelam um consenso quanto à existência de lacunas e omissões recorrentes nas informações, registros e demonstrações contábeis apresentadas pelos entes públicos. Mesmo em se tratando de dados e documentos de caráter obrigatório, a ausência ou incompletude dessas informações é uma prática comum, o que aprofunda as fragilidades enfrentadas pelos entes públicos.

No Sudoeste do Paraná, por exemplo, observa-se que a maioria dos contadores possui formação adequada, com boa parte tendo especialização em contabilidade pública e longa experiência no setor (RIGHES E CALEGARI, 2014). No entanto, a busca por capacitação contínua ainda é

limitada, embora parte dos profissionais não tenha participado recentemente de capacitações específicas.

Além da limitação técnica, os municípios enfrentam desafios de natureza estrutural e institucional que dificultam o avanço da convergência contábil. A estrutura administrativa, em muitos casos, é deficiente, marcada pela dependência de serviços terceirizados, ausência de reorganização patrimonial e sistemas de informação desatualizados (MOURA, NASCIMENTO E VIOTTO, 2021).

Conforme Lima e Lima (2019), a escassez de profissionais qualificados e a baixa fiscalização das contas patrimoniais pelos Tribunais de Contas contribuem para a lentidão do processo de convergência. O apoio institucional, por sua vez, se mostra fragilizado tanto no comprometimento dos gestores quanto na ausência de incentivos externos mais efetivos. Embora fatores como o PIB per capita, grau de urbanização e qualidade da informação contábil pré-existente possam favorecer a adoção das normas, sem ações coordenadas entre entes públicos, universidades, órgãos de controle e instâncias políticas, a plena convergência tende a permanecer limitada.

De forma geral, os estudos evidenciam que, embora haja avanços pontuais na adoção das NBCASP pelos municípios, especialmente no uso do PCASP e na padronização das demonstrações contábeis, persistem entraves significativos relacionados à qualificação profissional, à infraestrutura institucional e à efetividade da fiscalização por parte dos órgãos de controle.

O estudo realizado nos municípios da Região Sudoeste do Paraná (RIGHES E CALEGARI, 2014), com base na percepção dos contadores, identificou que a adoção das NBCASP estava em andamento, porém de forma lenta. Todas as prefeituras analisadas já utilizavam o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as demonstrações contábeis padronizadas e as notas explicativas. Em junho e julho de 2014, 94% dos municípios apresentavam mais de 41% de adesão, e 60% dos contadores estimavam que essa taxa poderia alcançar entre 81% e 100% até o final daquele ano. Ainda assim, o grau de adesão era considerado baixo, especialmente levando em conta que as normas foram publicadas em 2008 e sua obrigatoriedade plena estava prevista para o fim de 2014.

Moura, Nascimento e Viotto (2021) avaliaram as dificuldades dos prefeitos do Ceará quanto ao processo de convergência. Os resultados mostraram que, embora 71% dos municípios tenham iniciado o processo dentro do prazo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), 29% iniciaram tardiamente. Uma das principais dificuldades identificadas foi a não adoção plena do regime de competência para receitas e despesas, exigido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), sendo que 86% dos municípios ainda não cumpriam essa determinação. Apesar das mudanças estruturais trazidas pela convergência, a pesquisa evidenciou obstáculos significativos que comprometem o avanço do processo no país. O grau de adesão às NBCASP ainda era considerado baixo, mesmo com a obrigatoriedade iniciada em 2014 e previsão de conclusão total até 2023.

A pesquisa de Araújo, Santos e Freitas (2018) realizada nos 181 municípios de Pernambuco teve como objetivo avaliar o cumprimento das normas da nova contabilidade pública — NBCASP, PCASP, DCASP e MCASP — exigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Para isso, utilizou-se o Índice de Convergência e Consistência dos Municípios de Pernambuco (ICC-PE), desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), que classifica os municípios em cinco níveis: desejado, aceitável, moderado, insuficiente e crítico. Os resultados mostraram que 77,17% dos municípios alcançaram o nível "Moderado", demonstrando que ainda há avanços a serem feitos em termos de transparência e padronização contábil. Nenhum município atingiu os níveis "Desejado" ou "Aceitável", e 22,83% foram classificados como "Insuficiente" ou "Crítico".

Diante das evidências apresentadas, é possível afirmar que a implementação das NBCASP nos municípios brasileiros permanece um desafio persistente. Apesar dos instrumentos legais e das diretrizes normativas estabelecidas, a realidade municipal ainda reflete um cenário de baixa

aderência, agravado por limitações técnicas, institucionais e operacionais que impedem o avanço efetivo da contabilidade pública alinhada aos padrões internacionais.

2.3 TEORIA DA CONTINGÊNCIA

A teoria da contingência, teve seu início no ano de 1958 por Woodward, quando estudou as relações entre a estrutura da empresa e a tecnologia. Após este marco legal foram publicados diversos estudos se aprofundando na ideia de que fatores como tecnologia, estrutura, tamanho, ambiente e estratégia podem influenciar a estrutura organizacional. (GORLA E LAVARDA, 2012).

Segundo os autores, o princípio central da Teoria da contingência é a crença de que não há nada absoluto e imutável, o que significa que não existe uma única "melhor" forma de gerir ou estruturar as organizações e que isso depende das características específicas de cada estrutura organizacional ou “contingências” que elas enfrentam. Os fatores contingências estudados são: Ambiente, tecnologia, tamanho, estrutura e estratégia.

No setor público, o desempenho e a eficácia da gestão dependem da capacidade de adaptação às condições específicas do ambiente onde os entes governamentais estão inseridos. Pontos como tecnologia, compreende os sistemas, ferramentas e conhecimentos usados na gestão pública, como softwares, equipes técnicas e índices de execução orçamentária, o seu potencial é para aprimorar processos. O tamanho dos municípios influencia positivamente o desempenho socioeconômico. Municípios maiores tendem a dispor de mais recursos para investir em áreas estratégicas, como saúde, educação e infraestrutura, resultando em melhores resultados sociais e econômicos (FIIRST E BEUREN, 2021).

A aplicação da Teoria da Contingência à contabilidade pública evidência que não há um modelo único de estrutura organizacional ou de gestão capaz de atender igualmente às diversas realidades dos entes governamentais. A eficácia da contabilidade no setor público está intrinsicamente relacionada à capacidade de adaptação das organizações às condições específicas em que estão inseridas, considerando tanto fatores internos quanto externos. (RIGHES e CALEGARI, 2014).

A Teoria da Contingência pode fornecer subsídios para a compreensão da lógica de como as entidades estão estruturadas. Em um ambiente de mudanças, como o impulsionado pela convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), a pesquisa sobre a Teoria da Contingência analisa a escolha da melhor estrutura para o ente se adequar aos níveis de incerteza do ambiente. Os estudos de Carvalho *et al.* (2012 *apud* MARQUES, FILHO E CALDAS, 2019) e Otley (2016 *apud* MARQUES, FILHO E CALDAS, 2019) indicam a relevância dessa teoria para a contabilidade de custos no setor público e para a contabilidade gerencial e controle, respectivamente.

A seguir são apresentados alguns estudos que tratam da Teoria da contingência no setor público. É o caso do artigo intitulado: Contabilidade e auditoria interna no setor público Brasileiro: “Percepção dos contadores públicos frente a convergência para as Ipsas/Ifac”. Este trabalho explicitamente utiliza e discute a Teoria da Contingência no contexto do setor público brasileiro (MARQUES, FILHO E CALDAS, 2019).

O artigo intitulado "Fatores Contingenciais que Afetam a Implementação do Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) na Percepção dos Controllers e Contadores Municipais", utiliza a Teoria da Contingência como base teórica fundamental para compreender como diversos fatores influenciam a implementação do Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) em municípios brasileiros. (CAVICHIOLO *et al.*, 2018)

Outro estudo, com o título: "Influência de fatores contingenciais no desempenho socioeconômico de governos locais", aplica diretamente a Teoria da Contingência para investigar o setor público, especificamente governos locais (municípios) no Paraná. Ele busca identificar quais

elementos caracterizam os fatores contingenciais e como eles influenciam o desempenho socioeconômico municipal. (FIIRST E BEUREN, 2021)

2.4 TEORIA INSTITUCIONAL

De acordo com Marques (2012) a Teoria Institucional, particularmente a Nova Sociologia Institucional (NSI), fundamenta-se na explicação de como e por que estruturas, regras, normas e rotinas se estabelecem como diretrizes para o comportamento social e organizacional. Da Luz *et al.* (2017) afirmam que a Teoria Institucional postula que influenciam e são influenciadas pelo contexto em que operam, logo, instituições dominantes e condições estruturais moldam ações organizacionais.

A Teoria Institucional subdivide-se em três vertentes principais. A Velha Economia Institucional (OIE) questiona a racionalidade perfeita da economia neoclássica, concentrando-se nas pressões internas das organizações, como hábitos e rotinas. A Nova Economia Institucional (NIE) mantém o enfoque econômico, porém admite a racionalidade limitada e os custos de transação, considerando o ambiente externo. Já a Nova Sociologia Institucional (NIS) enfatiza a influência do ambiente institucional — normas, crenças e valores — sobre as estruturas organizacionais, que buscam legitimidade por meio da conformidade. (SOEIRO E WANDERLEY, 2019)

Um conceito central da Teoria Institucional, demasiado relevante, é o isomorfismo institucional, definido por DiMaggio e Powell (1983 *apud* DA LUZ *et. al.*, 2017, p. 06) como o processo pelo qual as organizações tendem a se tornar semelhantes entre si, sendo classificado em três tipos:

O isomorfismo coercitivo que é resultante das pressões formais e informais exercidas sobre uma organização por stakeholders, das quais ela seja dependente. As fontes para coerção incluem as regulamentações governamentais e as pressões sociais, culturais e políticas exercidas sobre uma organização (DiMaggio & Powell, 1983). O segundo processo de isomorfismo é o mimético. Devido às incertezas do ambiente organizacional, as organizações tendem a copiar as práticas de outras organizações. Quando as tecnologias utilizadas estão defasadas, quando os objetivos são ambíguos ou quando ambiente cria uma incerteza, organizações podem se modelar às outras organizações (DiMaggio & Powell, 1983). O último isomorfismo é o normativo, o qual decorre da profissionalização dos agentes da organização. A profissionalização é definida como a busca coletiva dos membros para definir as condições e os métodos de seu trabalho, controlar "a produção de produtores" e estabelecer uma base cognitiva e legitimação para sua autonomia ocupacional (DiMaggio & Powell, 1983).

Soeiro e Wanderley (2019) em sua pesquisa, conclui que a Teoria Institucional tem ganhado popularidade na pesquisa em Contabilidade, sendo uma das teorias alternativas mais utilizadas ao funcionalismo, oferecendo explicações para os processos pelos quais estruturas, regras, normas e rotinas se estabelecem como diretrizes para o comportamento social.

Na visão da contabilidade pública, a teoria ajuda a explicar o processo de legitimação nas organizações e o entendimento dos padrões e processos de mudança organizacional (SOEIRO E WANDERLEY, 2019). Mudanças essas que podem ser entendidas como um resultado complexo de processos de institucionalização, uni-institucionalização e reinstitucionalização. (DJELIC; QUACK, 2008, p. 317 *apud* LIMA E LIMA, 2019).

No estudo de Lima e Lima (2019), a Teoria Institucional é adotada para entender o ponto de vista dos atores envolvidos e as barreiras de transição, sendo considerada uma perspectiva viável para explicar as múltiplas pressões institucionais sobre as escolhas contábeis, sendo útil para compreender a regulamentação contábil, as normas internacionais e as decisões de sua adoção.

A adoção das IPSAS é influenciada por pressões de organismos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, caracterizando um isomorfismo coercitivo

(LIMA E LIMA, 2019). Além disso, a incerteza no ambiente da administração pública, como a falta de orientação ou complexidade, pode levar ao isomorfismo mimético, onde as organizações copiam práticas de outras percebidas como bem-sucedidas (SOEIRO E WANDERLEY, 2019). A profissionalização, que impulsiona o isomorfismo normativo, também molda a conformidade com padrões e normas estabelecidas por associações e universidades (DA LUZ *et al.*, 2017).

Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005 *apud* LIMA E LIMA, 2019) afirma que a legitimidade é um elemento básico da teoria neoinstitucional, sendo uma percepção generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições. Essa abordagem teórica postula que as organizações, além da busca por eficiência, se conformam a regras, práticas e crenças socialmente institucionalizadas em seu ambiente para obter apoio e legitimidade social. Logo, a convergência contábil, especialmente no setor público brasileiro com a adoção das IPSAS, é compreendida como um processo de legitimação institucional, predominantemente sob a ótica da Nova Sociologia Institucional (NIS). (SOEIRO E WANDERLEY, 2019).

Diversos estudos têm se valido dessa abordagem para analisar a complexa realidade da convergência contábil no setor público brasileiro, que busca se alinhar às IPSAS. O Quadro 3 apresenta estudos que contextualizam a aplicação e convergência.

Quadro 3 - Principais destaques da Teoria Institucional na Contabilidade Pública

Autor (es) / Ano	Objetivo do estudo	Teoria(s) utilizada(s)	Principais resultados com base na teoria utilizada
Soeiro e Wanderley (2019)	Analisar as novas direções e tendências das pesquisas em Contabilidade baseadas na Teoria Institucional entre 2009 e 2016.	Teoria Institucional	A Teoria Institucional é amplamente aplicada para explicar fenômenos complexos na Contabilidade, tendo sido utilizada para entender processos de legitimação organizacional, padrões e processos de mudança, e o papel de regras e convenções.
Marques (2012)	Investigar as deduções e inferências que podem ser extraídas acerca da adoção, implementação e uso do Custeio Alvo na empresa Alfa.	Teoria da Contingência e a Nova Sociologia Institucional (NSI)	A Teoria Institucional tem sido usada para entender como as organizações seguem regras e se adaptam. Ela aparece mais na Contabilidade Gerencial, mas também em outras áreas. As pesquisas preferem métodos qualitativos e mostram que o foco internacional está em temas públicos e ambientais, enquanto no Brasil ainda se concentra no setor privado.
Da Luz <i>et al.</i> (2017)	Análise como a Teoria Institucional tem sido usada em pesquisas contábeis nos últimos 20 anos (1997 a 2017).	Teoria Institucional	A teoria é usada para entender mudanças organizacionais e práticas contábeis. A vertente mais usada é a NIS, especialmente para estudar o isomorfismo.

Fonte: Soeiro e Wanderley (2019), Marques (2012), Da Luz *et al.* (2017). Elaborado pelas autoras.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem como objetivo avaliar se os municípios do Oeste do Paraná estão contabilizando corretamente itens exigidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), relacionadas diretamente com a implementação do regime de competência, como Tributos a Receber, Estoques, Ativo Não Circulante, Depreciação, Amortização e Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. Busca-se, assim, identificar o nível de aderência às normas e analisar o processo de convergência contábil no setor público.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa com objetivo descritivo e exploratório, pois busca identificar, descrever e analisar o fenômeno estudado a partir de dados empíricos coletados diretamente com profissionais da área e de informações contábeis municipais. Segundo Marconi e Lakatos (2017), as pesquisas descritivas visam à observação, ao registro e à análise dos fatos sem a interferência do pesquisador, enquanto as exploratórias possibilitam maior familiaridade com o problema investigado.

Os procedimentos técnicos adotados foram a pesquisa documental e a aplicação de questionário. A pesquisa documental foi realizada no portal da Secretaria do Tesouro Nacional, onde foram acessados no sistema SICONFI, a Matriz de Saldos Contábeis (MSC) do poder executivo dos municípios da amostra, dos 12 meses do ano de 2024. Os dados foram compilados e analisados no Microsoft Power BI, para verificar se houve contabilização nos códigos das contas de Tributos a Receber, Estoques, Ativo Não Circulante, Depreciação, Amortização e Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

Com o intuito de identificar fatores preconizados com a Teoria Institucional e a Teoria da Contingência, que possam auxiliar na compreensão dos resultados da pesquisa, foi realizada a aplicação de questionário estruturado a profissionais da contabilidade pública atuantes em municípios do Oeste do Paraná. O instrumento de coleta de dados foi elaborado com base na literatura sobre fatores contingenciais e institucionais, contendo perguntas fechadas em escala Likert de cinco pontos, que mensuram o grau de influência de variáveis como tecnologia, estrutura organizacional, ambiente, estratégia e tamanho na adoção das NBCASP. Foram incluídas ainda questões abertas com o objetivo de obter percepções qualitativas sobre as dificuldades e possíveis soluções para o aprimoramento do processo de convergência.

A aplicação do questionário ocorreu de forma online, por meio de formulário eletrônico. As respostas foram tabuladas e organizadas em planilhas eletrônicas, permitindo a análise quantitativa por meio da estatística descritiva e a interpretação qualitativa das respostas abertas.

A amostra foi composta pelos municípios localizados na região Oeste do Estado do Paraná, selecionados por acessibilidade e pela disponibilidade de participação dos profissionais da área contábil. Essa escolha se justifica pela viabilidade de acesso e pelo alinhamento com o objetivo do estudo, que busca compreender a realidade local.

Os resultados obtidos foram analisados de forma integrada, permitindo identificar tanto o nível de aderência às normas quanto os fatores institucionais e contingenciais que interferem no processo de implementação das NBCASP nos municípios analisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANÁLISE MOSTRA DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ

Com base nos dados coletados, apresenta-se a análise, que tem como objetivo verificar o nível de contabilização e a aderência dos municípios do Oeste do Paraná às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Os dados analisados referem-se ao exercício de 2024 e abrangem os municípios de Entre Rios do Oeste, Guaíra, Palotina, Pato Bragado, São José das Palmeiras, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes e Toledo.

A seguir são apresentados os resultados da verificação da contabilização, pelos municípios da amostra a cada uma das seguintes contas contábeis: Tributos a Receber, Estoques, Imobilizado – Bens Móveis, Imobilizado – Bens Imóveis, Depreciação, Amortização e Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. O objetivo vou verificar a existência de contabilização, haja vista não ser possível verificar com base nos dados levantados a exatidão dos valores contabilizados.

A conta Tributos a Receber representa o direito da entidade pública sobre os tributos devidos pelos contribuintes. De acordo com a NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, esta conta deve ser reconhecida no momento do fato gerador do tributo, independentemente do efetivo recebimento do recurso. A análise demonstrou que todos os municípios registraram contabilizações de forma consistente em todos os quatro trimestres de 2024.

A conta Ajuste de Perdas com Tributos é uma conta redutora do ativo Tributos a Receber, utilizada quando existem evidências de que parte desses valores não será arrecadada. Conforme os itens 67 a 70 da NBC TSP 01, seu objetivo é registrar perdas estimadas por inadimplência ou dificuldades de cobrança, assegurando que apenas os valores efetivamente realizáveis permaneçam no ativo, contribuindo para a transparência das demonstrações contábeis. Na análise realizada, identificou-se um déficit de contabilizações, em Guaira houve contabilização apenas no quarto trimestre já em Marechal Cândido Rondon e Quatro Pontes havia apenas o saldo de exercícios anteriores, sem movimentações em 2024; nos demais municípios, não havia saldo registrado nem contabilizações durante o exercício. Considerando ser comum o fato de que alguns contribuintes deixam de pagar seus tributos, era esperado que todos os municípios estivessem contabilizando essa estimativa de perdas.

A NBC TSP 04 – Estoques estabelece os critérios para o tratamento contábil dos estoques no setor público, definindo que o valor do custo deve ser reconhecido como ativo e mantido contabilmente até o consumo ou a alienação do estoque, momento em que a receita correspondente será reconhecida. Observou-se que Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Mercedes e Nova Santa Rosa não contabilizaram estoques em nenhum dos quatro trimestres de 2024; Quatro Pontes manteve apenas o saldo de exercícios anteriores; já os demais municípios realizaram contabilizações em todos os trimestres do exercício.

A NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e Depreciação trata do reconhecimento, mensuração, depreciação e perdas por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados, visando fornecer informações claras sobre os investimentos da entidade e suas variações ao longo do tempo. Todos os municípios registraram contabilizações referentes ao Ativo Imobilizado (bens móveis e imóveis). No entanto, em relação à depreciação, Nova Santa Rosa e Marechal Cândido Rondon não contabilizaram nada durante o exercício; São José das Palmeiras, Nova Santa Rosa e Quatro Pontes mantiveram apenas o saldo do exercício anterior, sem movimentações; os demais municípios contabilizaram a depreciação com alterações nos saldos em todos os trimestres de 2024.

Por fim, as NBC TSP 09 e NBC TSP 10 definem os procedimentos contábeis aplicáveis para avaliar a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos, sendo a NBC TSP 09 voltada para ativos não geradores de caixa e a NBC TSP 10 para ativos geradores de caixa. O objetivo dessas normas é assegurar que, sempre que o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda correspondente seja reconhecida contabilmente. A análise indicou unanimidade entre os municípios: nenhum apresentou saldo de exercícios anteriores ou contabilizações em 2024, evidenciando ausência de registros relacionados à redução ao valor recuperável de ativos.

O município de Nova Santa Rosa manteve, em 2024, o saldo inicial do exercício de 2023 na conta de depreciação acumulada, sem apresentar movimentações durante o período.

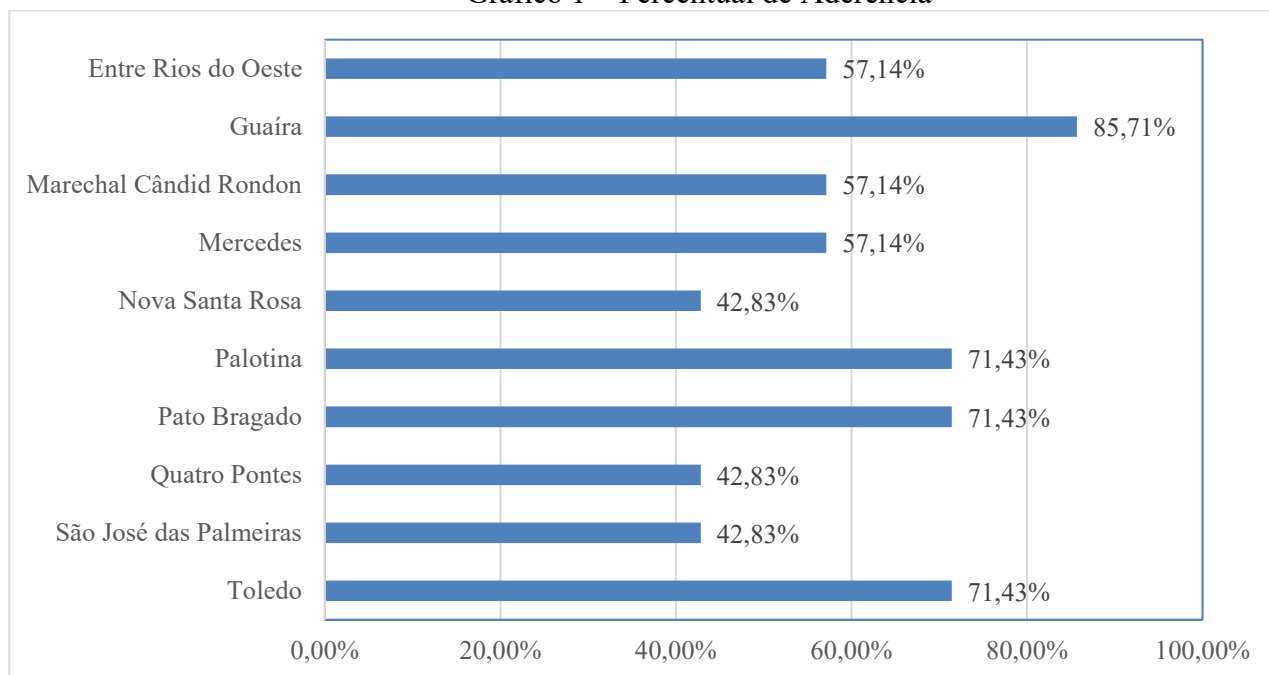
De forma semelhante, o município de Quatro Pontes preservou os saldos iniciais de 2023 nas contas de ajuste de perdas com tributos, estoques e depreciação acumulada, não havendo alterações no exercício de 2024.

O município de São José das Palmeiras também manteve o saldo de 2023 na conta de depreciação acumulada, sem movimentação no exercício de 2024.

Para cada uma das sete contas contábeis analisadas foi considerado que o município realizou contabilização quando em pelo menos um mês do ano de 2024 houve lançamentos contábeis. Assim,

foi possível identificar o percentual de contabilização (aderência às normas) de cada município, como demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Percentual de Aderência



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

4.2 ANÁLISE DA TEORIA DA CONTINGÊNCIA E INSTITUCIONAL

Este tópico tem como objetivo analisar, à luz das teorias já citadas, os resultados obtidos por meio de um questionário aplicado a profissionais da contabilidade pública em municípios do Oeste do Estado do Paraná.

O instrumento qualitativo de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi um questionário estruturado, aplicado de forma online, composto por cinco blocos temáticos que abordam os principais fatores contingenciais e institucionais identificados na literatura: tecnologia, ambiente, estrutura organizacional, estratégia e tamanho. As questões foram elaboradas com base na escala Likert de cinco pontos, variando de 1 (nenhuma influência) a 5 (influência muito alta), permitindo mensurar o grau de percepção dos respondentes sobre os fatores que influenciam a adoção do regime de competência e a implementação das NBCASP. Ao final, foram incluídas duas perguntas abertas com o objetivo de captar contribuições qualitativas sobre os principais obstáculos enfrentados e sugestões de medidas para facilitar a implementação.

O questionário obteve respostas de profissionais da contabilidade pública atuantes em dez municípios do estado do Paraná.

Quanto ao Bloco 1 – Tecnologia, diante das respostas obtidas foi possível observar que 90,9% dos contabilistas concordam que a disponibilidade de softwares e sistemas contábeis adequados influencia na adoção do regime de competência. O mesmo resultado acompanha o reconhecimento de que a integração entre os sistemas de contabilidade, orçamento e tesouraria também foi amplamente reconhecida como facilitadora da implementação das NBCASP. Porém 63,7% afirmam que a existência de suporte técnico em TI contribui para a correta contabilização por competência, enquanto 36,3% acreditam que a influência é moderada ou inferior. A alta concordância nas questões apresentadas demonstra que a infraestrutura tecnológica é um fator contingencial determinante, a ausência ou limitação do recurso compromete a adoção do regime de competência, exigindo

adaptações, de acordo com Woodward (1958 *apud* GORLA E LAVARDA, 2012) e Gorla e Lavarda (2012), a eficácia da gestão contábil depende da capacidade da organização de adaptar-se às ferramentas tecnológicas disponíveis.

O Bloco 2 abordou o Ambiente. A influência de órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foi destacada como um dos principais estímulos à adoção do regime de competência com uma conformidade de 90,9%. Além disso, a pressão social por maior transparência foi reconhecida em 54,5% como um fator que implica a qualidade da informação contábil. E 90,9% concordam que mudanças na legislação contábil e fiscal impactam diretamente a implementação das NBCASP. A conformidade com as normas é vista como uma estratégia de legitimação instrucional, talvez essencial para a vivência organizacional no setor público, esses elementos refletem os mecanismos de isomorfismo (coercitivo e mimético), conforme definidos por DiMaggio e Powell (1983 *apud* DA LUZ et. al, 2017).

No bloco 3, sobre Estrutura Organizacional, a quantidade de profissionais de contabilidade disponíveis é considerada suficiente por 72,8% dos respondentes. 90,9% entendem que a capacitação e qualificação técnica da equipe contábil afetam a adoção das NBCASP. A existência de setores específicos, como controladoria interna, foi vista como positiva por 81,9% para a aderência às normas. Esses dados evidenciam que a estrutura organizacional, enquanto fator contingencial, impacta diretamente a capacidade de adaptação às exigências normativas, conforme discutido por Righes e Calegari (2014).

Em relação ao Bloco 4 – Estratégia, a prioridade atribuída pela gestão municipal à modernização contábil e a busca por melhorar a transparência das contas públicas foram apontadas como influências significativas na adoção das normas, com 100% e 90,9% de acordo respectivamente. A visão estratégica dos gestores (prefeito, secretários) influencia a destinação de recursos para a área contábil, segundo 90,9%. Conforme destacado por Carvalho *et al.* (2012 *apud* MARQUES, FILHO E CALDAS, 2019) e Otley (2016 *apud* MARQUES, FILHO E CALDAS, 2019), a estratégia deve ser reconhecida como um elemento dinâmico capaz de alinhar-se às condições internas e externas da organização.

O bloco 5 diz respeito ao Tamanho. O percentual de 54,5% dos respondentes concorda que o porte do município (população e orçamento) afeta a capacidade de implementar plenamente as NBCASP. Nesse mesmo cenário, 72,8% afirmam que municípios de maior porte possuem mais condições estruturais para adotar o regime de competência. E 63,7% conformam que o volume de operações e transações contábeis do município influencia a necessidade de aplicar as NBCASP. Segundo Fiirst e Beuren (2021), municípios maiores possuem melhores condições para implementar ações normativas e reforça o argumento institucional de que o tamanho organizacional influencia diretamente a capacidade de adaptação.

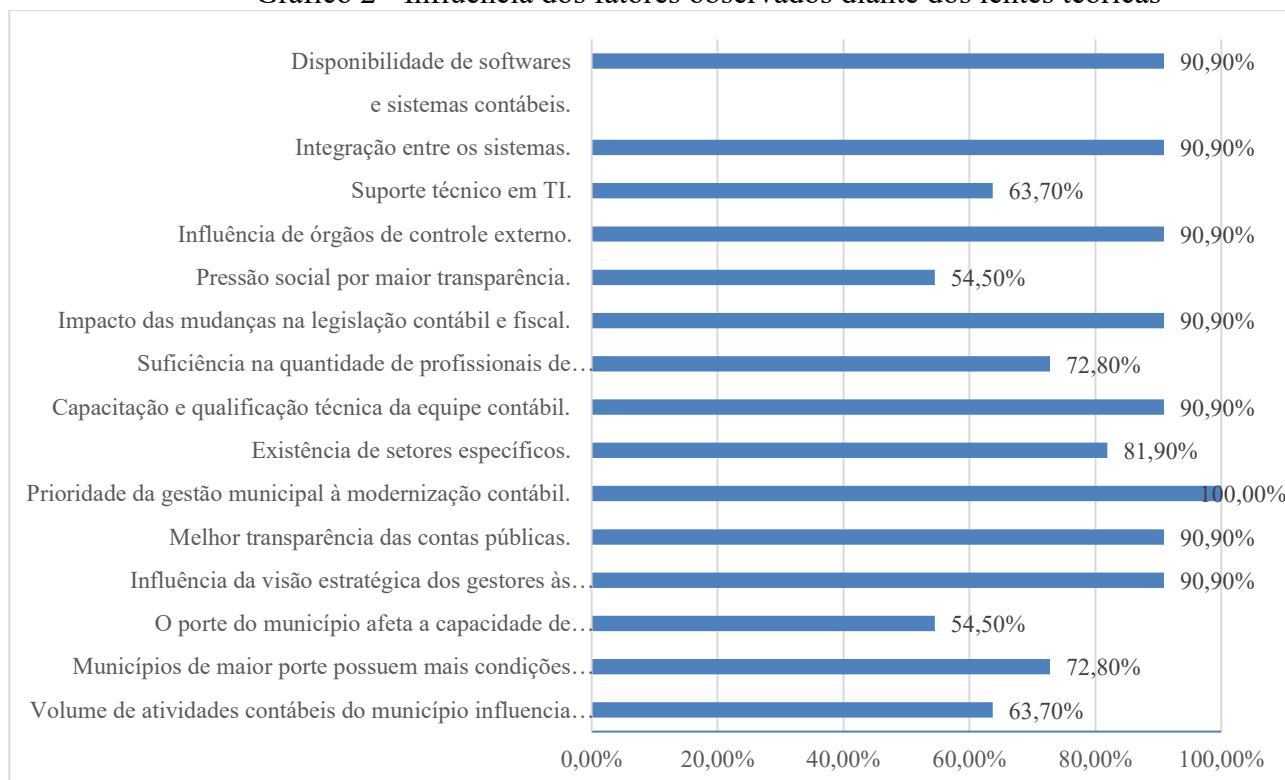
Por fim, foram incluídas no formulário on-line duas questões descritivas para interpretação do próprio respondente. As respostas revelam que aos principais obstáculos que dificultam a implementação integral do regime de competência estão relacionados à escassez de pessoal qualificado, à falta de integração entre sistemas contábeis, a sobrecarga; com enfoque em municípios pequenos, aliada à uma administração resistente. Essas percepções vindas diretamente dos contabilistas evidência o que Righes e Calegari (2014) apontam ao reconhecerem a necessidade de adaptação das estruturas organizacionais às condições específicas de cada ente público, especialmente em contextos de incerteza e transformação institucional.

A segunda questão aborda quais ações ou medidas poderiam facilitar essa implementação integral do regime em questão, as medidas sugeridas pelos profissionais envolvem a capacitação técnica, concursos públicos, maior comprometimento e dedicação da gestão e integração sistêmica. Pela ótica de Soeiro e Wanderley (2019) é possível identificar uma busca por legitimação institucional, se destacando o papel das pressões coercitivas, miméticas e normativas. A valorização

e a busca por profissionalização e modernização demonstra que além da eficiência técnica, os contabilistas por trás da administração pública respondem às expectativas sociais e regulatórias.

Com base nos resultados apresentados, é possível perceber que a adoção do regime de competência das NBCASP não pode ser compreendida de forma uniforme, mas sim como um processo influenciado por múltiplas variáveis contextuais. A articulação entre os fatores contingenciais — tecnologia, estrutura, estratégia — e institucionais — ambiente e tamanho — revela a complexidade da realidade contábil pública. O gráfico 2 faz a representação percentual dos resultados.

Gráfico 2 - Influência dos fatores observados diante dos lentes teóricas



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o nível de aderência dos municípios do Oeste do Paraná às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) a partir da análise de suas demonstrações contábeis e em conjunto verificar as dificuldades dos profissionais da área no processo de convergência a luz da lente contingencial e institucional.

Os resultados obtidos a partir da metodologia quantitativa evidenciaram que, embora haja contabilizações consistentes das contas Tributos a Receber e Ativo Imobilizado, ainda há uma falta do registro de Ajuste de Perdas com Tributos e Redução ao Valor Recuperável, onde apresentam lacunas relevantes o que indica uma baixa aderência na maioria dos municípios analisados. Como meio termo resta Estoques e Depreciação Acumulada, contas presentes em metade da amostra.

A pesquisa qualitativa reforçou a percepção de que fatores externos e internos influenciam diretamente na implementação e aderência das normas. Sob a ótica contingencial observa-se que a eficácia da contabilidade pública depende da capacidade de adaptação dos entes às suas condições

específicas dentre os elementos que estão sujeitos, como tecnologia disponível, estrutura organizacional e estratégia administrativa. Na visão institucional, se percebeu que as pressões coercitivas desempenham um papel significativo na busca por legitimação social, dentro do ambiente que esses contabilistas atuam, ao mesmo tempo em que tentam corresponder a expectativa dos cidadãos no que diz respeito aos recursos financeiros do município, tentando por meio do mimetismo ajustar sua dimensão para se manterem relevantes e adaptáveis.

Dessa forma, a pesquisa provê para o entendimento dos desafios ainda enfrentados pelos municípios do Oeste do Paraná, expondo não apenas as lacunas técnicas nas demonstrações contábeis, mas também os fatores organizacionais e institucionais que influenciam esse cenário. Os resultados obtidos podem servir de subsídio para os gestores públicos e profissionais da contabilidade no aprimoramento das suas práticas bem como para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a capacitação e estruturação dos órgãos responsáveis pela contabilidade governamental.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André Diniz Meira de; SANTOS, Aldemar de Araújo; FREITAS, Maurício Assuero de Lima. **Análise do nível de consistência e convergência contábil de informações públicas municipais em Pernambuco frente às condições socioeconômicas.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – CONTECSI, 15., 2018, São Paulo. São Paulo: FEA-USP, 2018. DOI: 10.5748/9788599693148-15CONTECSI/PS-5808.

ASSIS, Vanessa Enrique Renovato. **Contabilidade pública brasileira: um estudo sobre a convergência das normas contábeis aos padrões internacionais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Pública) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.** Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 fev. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10180.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos contábeis, visando à convergência com as normas internacionais. **Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008.** Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-ministeriais/2008/portaria184>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CAVICHIOLO, Denize; DALL’ASTA, Denis; FIIRST, Clóvis; BALDISSERA, Juliano Francisco. Fatores contingenciais que afetam a implementação do Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) na percepção dos controllers e contadores municipais. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 188–204, maio/ago. 2018. DOI: 10.14392/asaa.2018110201.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP – do Setor Público. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CURSINO, Adélia Marina de Campos. **Os desafios e benefícios da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) no Brasil**. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 7, n. 4, p. 16558–16573, 2025.

DA LUZ, Igor Pereira; LISBOA, Felipe Veck; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. **Teoria institucional e contabilidade: revisão dos últimos vinte anos de pesquisa**. Revista de Contabilidade e Organizações, Ribeirão Preto, ed. especial, dez. 2017.

FIIRST, Clóvis; BEUREN, Ilse Maria. **Influência de fatores contingenciais no desempenho socioeconômico de governos locais**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 55, n. 6, p. 1355–1368, nov./dez. 2021. DOI: 10.1590/0034-76120200827

GORLA, Marcello Christiano; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. **Teoria da contingência e pesquisa contábil**. Ribeirão Preto: Edição 06, 2012.

LIMA, Diana Vaz de; OLIVEIRA, Valdemir Regis Ferreira de; SANTOS, Vanessa Soares dos. “Brazilian Patterns” – As peculiaridades da contabilidade pública brasileira frente à adoção das IPSAS. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 17.**, 2017, São Paulo. São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/artigos172017/80.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

LIMA, Raquel Luz de; LIMA, Diana Vaz de. **Experiência do Brasil na implementação das IPSAS**. Revista Contemporânea de Contabilidade, [S. l.], v. 16, n. 38, p. 166–184, 2019. DOI: 10.5007/2175-8069.2019v16n38p166. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n38p166>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MARQUES, Kelly Cristina Mucio. **Custeio alvo à luz da teoria da contingência e da nova sociologia institucional: estudo de caso sobre sua adoção, implementação e uso**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARQUES, Luciane Ribas; BEZERRA FILHO, João Eudes; CALDAS, Olavo Venturim. Contabilidade e auditoria interna no setor público brasileiro: percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC. In: **SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 22.**, 2019, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

MOURA, Thaís da Silva; NASCIMENTO, Roberto Sérgio do; VIOTTO, Ricardo. **Dificuldades dos prefeitos do Estado do Ceará para aderir ao processo de convergência da contabilidade pública: um estudo multicaso**. Revista Ambiente Contábil, Natal, v. 13, n. 2, p. 300-319, jul./dez. 2021. DOI: 10.21680/2176-9036.2021v13n2ID25728.

PICCINI, Allan Jonson; BEZERRA FILHO, João Eudes; MARQUES, Luciane Ribas. **Disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais: estágio de adesão dos municípios brasileiros**. Sinergia, Rio Grande, v. 26, n. 1, p. 49-62, jan./jun. 2022.

RIGHES, Ana Paula; CALEGARI, Pricila. **Adesão, vantagens e dificuldades na adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nos municípios da**

região Sudoeste do Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

SANTOS, Bruna dos; RODRIGUES, Leandro Menezes; SCHERER, Luciano Marcio; BARROS, Claudio Marcelo Edwards. **Relação entre Divulgação Contábil e Características Socioeconômicas de Municípios Paranaenses.** Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 25, n. especial, p. 331-351, 2022. DOI: 10.51341/cgg.v25iesp.289

SASSO, Maiara; VARELA, **Patrícia Siqueira.** **Doze anos de convergência das normas brasileiras às IPSAS: avanços e limites das pesquisas.** Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças, v. 1, n. 1, p. 78-102, 2020.

SILVA, Maysa Alves Correa. **Fatores explicativos do estágio de adoção das IPSAS nos maiores municípios brasileiros.** 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29656>.

SOEIRO, Tiago de Moura; WANDERLEY, Cláudio de Araújo. **A teoria institucional na pesquisa em contabilidade: uma revisão.** Revista Organizações & Sociedade, Salvador, v. 26, n. 89, p. 291-316, abr./jun. 2019. DOI: 10.1590/1984-9260895.